

ANÁLISE DAS REDES URBANAS NORDESTINAS*

Maria do Socorro Alves Coelho**

INTRODUÇÃO

O desequilíbrio estrutural, que marca o atual sistema urbano nordestino, deriva, antes de tudo, da forma através da qual se organizou, ao longo do tempo, a base produtiva regional nas suas vinculações com a economia nacional e internacional.

As características essenciais deste sistema de cidades — a concentração espacial das atividades econômicas, a pobreza urbana e a compartimentação do espaço urbano em três redes distintas e pouco articuladas — têm, na verdade, os seus fundamentos na herança colonial.

A função polarizadora da economia canavieira e o seu caráter agroexportador foram responsáveis pelo maior dinamismo da urbanização na Zona da Mata, onde cidades-pólos concentraram desde cedo a riqueza regional, estabelecendo os vínculos Colônia-Metrópole. Já nos segmentos mais

interiorizados do espaço nordestino, os reduzidos excedentes proporcionados pela economia de subsistência foram incapazes de gerar trocas significativas para criar ou dinamizar um número significativo de centros urbanos de maior importância. Desta forma, o caráter agroexportador e a desarticulação da economia, que caracterizaram todo o período colonial, resultaram na formação de compartimentos econômico-espaciais, os quais se articulavam com o exterior através de um centro urbano litorâneo mais importante. Recife e Salvador se constituíram, desde cedo, nos principais pólos econômicos regionais, concentrando a riqueza colonial e comandando as trocas e o povoamento do interior.

Esta orientação inicial da rede urbana nordestina definiria posteriormente o seu caráter desequilibrado, desarticulado e voltado para fora.

Na verdade, o novo modelo de desenvolvimento imposto à Região Nordeste a partir de 1950, através da divisão inter-regional

* Recebido para publicação em 23 de abril de 1990.

A análise das redes urbanas nordestinas é parte de um trabalho mais amplo referente ao sistema urbano do Nordeste que constará do volume Região Nordeste da obra Geografia do Brasil.

** Analista Especializada em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

do trabalho operada no país, veio ampliar ainda mais as distorções já observadas no seu sistema de cidades.

A dinâmica urbano-regional foi influenciada pelas transformações que se operaram no campo e pela forma como se orientou a política industrial. O crescimento urbano acelerado e desigual induziu a concentração da população e das atividades econômicas urbanas nas cidades de maior porte, especialmente nas três Metrópoles — Recife, Salvador e Fortaleza.

No entanto, o crescimento populacional e as modificações operadas na estrutura produtiva — que se fizeram acompanhar de um processo de modernização pela dinamização e expansão das atividades industriais e terciárias nestes centros — não foram seguidos por investimentos significativos em serviços sociais necessários à população.

Os resultados mais gerais destes processos foram a deteriorização das condições de vida da maioria da população e a favelização que atinge médias e grandes cidades. Nos setores secundário e terciário, ao lado de uma grande expansão, mantém-se um conjunto de atividades informais onde predominam a sub-remuneração e a subutilização de amplo contingente da força de trabalho regional.

Por outro lado, a nova política econômica regional, ao privilegiar os centros urbanos de maior porte, veio colaborar para a pobreza estrutural das pequenas cidades nordestinas localizadas em regiões agrícolas onde a frágil divisão social e territorial do trabalho não favoreceu a existência de atividades urbanas significativas capazes de neutralizar os efeitos polarizadores dos centros do escalão urbano superior. Desta forma, a concentração/polarização pelas três metrópoles nordestinas veio reforçar a macrocefalia do sistema urbano-regional, consolidando a fragmentação do espaço regional em três redes.

A análise das redes urbanas nordestinas põe em destaque a fragmentação e a desarticulação do espaço urbano-regional e tem como objetivo detectar, com base nos tipos

de centros urbanos e nos diferentes padrões de distribuição espacial dos mesmos, as características e a estruturação das três redes regionais de cidades.

O estudo inclui 231 centros selecionados a partir do critério demográfico, ou seja, municípios com população urbana residente, em 1980, igual ou superior a 10 000 habitantes. A escolha da unidade de observação recaiu sobre o município em função da necessidade de se padronizar as variáveis, já que os dados referentes à População Economicamente Ativa — PEA urbana só se encontravam disponíveis ao nível de municípios. Os dados que se referem aos centros metropolitanos de Recife, Salvador e Fortaleza, bem como aqueles relacionados aos centros submetropolitanos de São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa e Aracaju, além dos referentes à conurbação de Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, foram agregados ao nível das suas respectivas regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

No que se refere à metodologia utilizada, os tipos de centros urbanos foram identificados a partir de uma classificação-base referente à estrutura ocupacional de cada centro, obtida através da combinação de dados indicadores da participação da PEA urbana nos três setores de atividade — Terciário, Secundário e Primário¹. Estes dados foram trabalhados através de um diagrama triangular, do qual resultaram quatro grupos de centros de diferentes estruturas ocupacionais (Quadro 1). Esta classificação inicial foi posteriormente combinada com a posição hierárquica e o tamanho populacional de cada centro, o que permitiu a identificação dos padrões espaciais de centros urbanos nas três redes (ver Mapa 1).

A opção pela estrutura ocupacional como variável-base para a tipologia dos centros urbanos justifica-se pelo fato desta ser capaz de indicar com precisão as características básicas da estrutura produtiva dos mesmos, fornecendo, assim, pistas significativas sobre a forma de inserção da região no processo de desenvolvimento, a nível nacional. Por outro lado, este procedimento

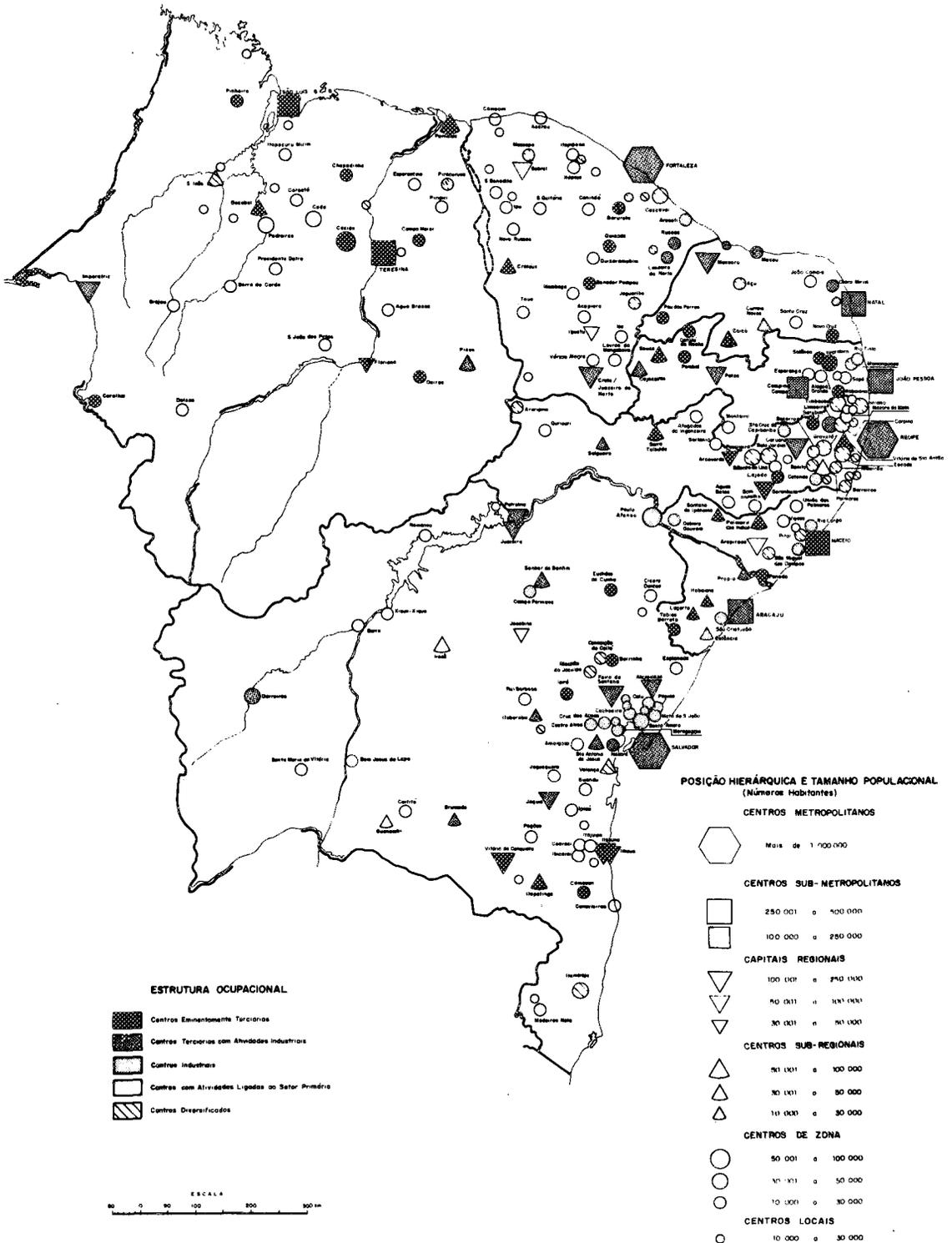
¹ Os setores de atividade foram assim constituídos:

Setor Primário: Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Extração Vegetal, Pesca e Piscicultura.

Setor Secundário: Indústrias de Transformação, Indústrias da Construção e Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Setor Terciário: Comércio e Serviços.

MAPA 1 TIPOLOGIA DOS CENTROS URBANOS REGIÃO NORDESTE



QUADRO 1
REGIÃO NORDESTE

TIPOS OU GRUPOS DE CENTROS	PARTICIPAÇÃO DA PEA NOS SETORES DE ATIVIDADE		
	Setor Terciário	Setor Secundário	Setor Primário
1 – Centros Terciários			
– Centros Eminentemente Terciários.....	≥ 60%	> 10 a < 25%	0 a < 25%
– Centros Terciários com Atividade Industrial.....	> 55%	≥ 25 a ≤ 35%	0 a < 20%
2 – Centros Industriais.....	> 35% a < 60%	> 35 a < 55%	0 a < 25%
3 – Centros com Atividades Ligadas ao Setor Primário.....	≥ 25 a ≤ 60%	> 5 a < 25%	> 15 a ≤ 65%
4 – Centros Diversificados.....	> 25 a ≤ 55%	≥ 25 a < 40%	> 10 a < 40%

tornou-se mais apropriado e de mais fácil aplicação do que o uso de indicadores de produtividade, numa região onde as atividades econômicas urbanas mais modernas aparecem concentradas em poucos pontos, sendo a base produtiva dos centros muito fraca e pouco diferenciada na maior parte do sistema urbano.

Com relação à posição hierárquica dos centros urbanos, a sua escolha se deve ao fato desta se constituir num importante indicador no estudo das redes de cidades, na medida em que expressa o grau de centralidade dos centros urbanos, permitindo a delimitação de áreas de influência.

Quanto ao critério demográfico (tamanho populacional), embora não deva constituir o único indicador do nível de urbanização, torna-se importante quando associado a outras variáveis, na medida em que o tamanho populacional pode ser relacionado a determinadas características do centro urbano, como seja a dimensão do mercado de trabalho ou do mercado consumidor e, até mesmo, a de determinados padrões de estrutura produtiva.

TIPOLOGIA DE CENTROS URBANOS SEGUNDO A ESTRUTURA OCUPACIONAL

A tipologia de centros urbanos resultou, como se pode observar através do Quadro 1, na constituição de quatro grupos de centros

com diferentes estruturas ocupacionais que serão analisados a seguir.

Os Centros Terciários

O caráter marcadamente terciário da estrutura ocupacional dos centros urbanos do Nordeste aparece de forma mais destacada neste grupo, onde a participação da PEA no setor terciário atinge, nos seus dois subgrupos, valores superiores a 55% da PEA urbana, abrangendo, notadamente, os centros regionais de mais alta hierarquia. De fato, a presença neste grupo dos três centros metropolitanos, dos centros submetropolitanos e da grande maioria das capitais regionais e centros sub-regionais vem comprovar a supremacia das atividades terciárias na base produtiva urbana da região.

O que diferencia, neste grupo, os centros dos seus dois subgrupos é, na realidade, a participação da PEA no setor secundário, que apresenta destaque no segundo subgrupo (valores entre 25% e 35%), realçando a expressão que assume a atividade industrial nos centros que o constituem. Na verdade, estão incluídos neste subgrupo as três metrópoles regionais, bem como aqueles centros submetropolitanos e capitais regionais que, beneficiados, na sua maioria, pela política governamental dos incentivos fiscais, passaram a concentrar e comandar a atividade industrial da região.

Cabe, no entanto, lembrar que embora estejam presentes, especialmente no se-

gundo subgrupo, os centros de maior expressão industrial da região, a primazia do capital comercial e financeiro sobre o capital industrial se faz sentir, mesmo, nestes grandes centros urbanos do Nordeste, transformando-os, antes de tudo, nos principais espaços regionais de circulação e realização de mercadorias. Contam, ainda, os grandes centros com uma estrutura de serviços raros e diversificados, incluindo aqueles especializados cuja função é sustentar a expressão urbana do processo de industrialização.

Os Centros Industriais

Exibem estes centros uma estrutura já mais diferenciada do emprego, na medida em que a PEA engajada na atividade industrial passa a participar da estrutura ocupacional com importância quase equivalente à observada no setor terciário, ou seja, com valores entre 35% a 55% da PEA urbana total.

Apesar de constituírem, na sua maioria, pequenos núcleos industriais, muitos ainda ligados a indústrias tradicionais, os centros deste grupo apresentam um certo dinamismo da atividade secundária, quer por se localizarem próximos às regiões metropolitanas quer por constituírem centros industriais tradicionais de relativa expressão ou, ainda, por se localizarem em áreas onde a presença de matérias-primas lhes confere uma certa especialização.

Na verdade, principal destaque deste grupo é representado pela concentração de pequenos centros industriais que ocorrem no Recôncavo Baiano ou mais próximos a Salvador, constituindo um extravasamento do parque industrial da metrópole baiana. Entre estes estão centros que já experimentam expressivo desenvolvimento de setores industriais mais modernos, como Santo Amaro e Pojuca (metalurgia) ou centros de indústrias tradicionais vinculadas às culturas básicas da região (cana-de-açúcar e fumo) como Cachoeira, Maragogipe e Cruz das Almas. Sobressaem ainda, neste grupo, centros industriais tradicionais de relativa expressão, como Sobral (CE), São Miguel dos Campos (AL) e Rio Tinto (PB), além daqueles vinculados à agroindústria açucarei-

ra — Catende (PE) e Rio Largo (AL) — ou ligados à indústria têxtil — Estância e São Cristóvão (SE). Os demais, dispersos pela região, são centros especializados em gêneros distintos (extração de minerais, vestuário, bebidas, etc.), favorecidos pela presença de matérias-primas ou de mercado consumidor.

Na verdade, apesar de terem se processado, nos últimos anos, transformações na estrutura industrial da Região Nordeste, com a introdução de setores industriais dinâmicos, estas se deram, preferencialmente, nas regiões metropolitanas, o que vem justificar a fraca diversificação da atividade industrial e o seu caráter marcadamente tradicional na maioria dos centros urbanos nordestinos.

Os Centros com Atividades Ligadas ao Setor Primário

Representam estes centros, na sua forma mais expressiva, a forte vinculação que assumem, na região, as relações cidade-campo. A participação da PEA engajada no setor primário chega a exibir, nestes centros, valores quase equivalentes aos observados no setor terciário (entre 15% e 65%).

Na verdade, este grupo é constituído por centros de áreas agrícolas cuja estrutura econômica depende diretamente ou apresenta fortes vinculações com a agricultura e/ou com a pecuária.

Estão presentes neste grupo alguns centros de expressão regional, como Arapiraca (AL), Iguatu (CE) e Jacobina (BA), capitais regionais de amplas regiões agrícolas, e/ou de criatório, além de centros sub-regionais como Palmares, na zona canavieira de Pernambuco, e Irecê, em ilha agrícola do sertão baiano.

No entanto, o padrão característico destes centros com atividades ligadas ao setor primário é constituído, sobretudo, por pequenos centros de zona e centros locais, cuja principal função consiste em servirem de escoadouro da produção agrícola e de local de residência de pequenos proprietários e/ou de força de trabalho vinculada às atividades rurais. Encontram-se estes centros mais concentrados nos Estados do Ma-

ranhão e Piauí, bem como no sul e oeste da Bahia, áreas onde são mais fortes os vínculos da economia regional com as atividades agrícolas.

A base produtiva destes centros é constituída essencialmente pelas atividades requeridas pela dinâmica de reprodução de uma economia rural, ou seja, atividades terciárias ligadas aos primeiros estágios de comercialização e beneficiamento de produtos agrícolas.

Na verdade, a tendência que apresenta a estrutura da rede urbana regional, de concentrar as atividades produtivas em poucos centros, limita as potencialidades econômicas das pequenas cidades, ao mesmo tempo em que determina o papel que estas exercem na estrutura urbana da região.

Os Centros Diversificados

A estrutura ocupacional destes centros é caracterizada pela participação relativamente equilibrada da PEA urbana nos três setores de atividades.

De forma geral, são centros que, embora não se destaquem pelo tamanho populacional, têm relativa importância em termos de centralidade, apresentando estreitas vinculações com áreas agrícolas circundantes e contando com função industrial especializada representada por setores tradicionais (alimentar, têxtil, bebidas, madeira, minerais não-metálicos, etc.).

Com maior concentração no Estado de Pernambuco, este grupo inclui, ali, centros da Zona da Mata vinculados à agroindústria açucareira (Escada, Ribeirão, Pau-D'Alho, Barreiros e Rio Formoso) ou com atividade industrial mais diversificada (Goiana, Timbaúba e Carpina). Engloba, também, centros do Agreste pernambucano, com relativa expressão na indústria alimentar (Pescqueira, Belo Jardim e Bonito). Destacam-se, ainda, neste grupo, Valença e Itamaraju (BA) e Santa Inês (MA), centros de comercialização e beneficiamento de produção agroextrativa.

CARACTERIZAÇÃO DAS REDES URBANAS REGIONAIS

A Rede de Recife

Abrangendo, integralmente, os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, os espaços constitutivos da região de influência de Recife², embora figurem entre aqueles de maior importância demográfica e econômica do Nordeste, são, também, os que apresentam características mais tradicionais.

Na verdade, dentro do processo histórico de organização do espaço nordestino, foi esta unidade espacial urbana a que primeiro se estruturou. Como centro da zona canavieira surgiu Recife — principal pólo econômico da Colônia —, a partir do qual o povoamento evoluiu. Com base na cultura canavieira e, posteriormente, na atividade pecuária e no cultivo do algodão, processou-se a ocupação das vastas porções desta unidade do espaço regional, facultando, por conseguinte, o surgimento de núcleos urbanos que iriam constituir os principais fundamentos da estruturação do atual sistema urbano-regional.

Com relação às transformações mais recentes da economia da região, que se processaram ao longo da década de 60, foram mais uma vez estes espaços os que receberam os primeiros impactos da política de desenvolvimento regional, que acabou por acarretar sensíveis mudanças no quadro das atividades econômicas urbanas, notadamente na estrutura do quadro fabril.

Já em 1950, o espaço que veio a constituir a atual Região Metropolitana de Recife representava a principal área de concentração industrial do Nordeste. No entanto, a debilidade e a estagnação eram os traços característicos deste setor que apresentava um baixo grau de diversificação com destaque apenas do gênero têxtil e da agroindústria do açúcar.

Nos demais centros da hinterlândia de Recife, a distribuição geográfica das ativida-

² As regiões de influência consideradas neste texto correspondem a uma adaptação daquelas definidas pelo IBGE em: Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, IBGE-DEGEO, 1980. Já a classificação hierárquica dos centros urbanos baseou-se integralmente na referida obra.

des industriais se ajustava à repartição de determinadas áreas de maior concentração de matérias-primas, onde o setor secundário apresentava um acentuado caráter de complementaridade em face do setor primário.

Somente a partir da década de 60, quando começaram a se fazer sentir os efeitos da política de incentivos governamentais à industrialização do Nordeste, é que viriam a se processar profundas transformações na estrutura produtiva da Região Metropolitana de Recife, especialmente aquelas relacionadas ao seu setor industrial. Na verdade, os investimentos realizados através dos projetos aprovados pela SUDENE representaram o grande fator de expansão, expressa na implantação de novas fábricas de setores dinâmicos e na modernização e ampliação das indústrias tradicionais.

No entanto, a introdução destas inovações industriais, operadas de forma concentrada na Região Metropolitana de Recife e secundariamente nas capitais estaduais, não teve o suficiente vigor para modificar ou dinamizar o quadro da economia urbana da região. Como conseqüência, ampliou-se o poder de comando da metrópole, exacerbando o caráter tradicional dos centros urbanos sob sua influência. Na verdade, a ausência de atividades industriais significativas no segmento mais interiorizado da rede urbana de Recife constitui um dos motivos da fragilidade econômica da maior parte dos seus centros, o que, conseqüentemente, colabora para a feição pouco hierarquizada do seu sistema de cidades.

A observação do Mapa 1 nos permite captar algumas características gerais da rede urbana de Recife.

Antes de tudo, assume realce, denotando a importância regional dos seus espaços, o fato de estarem neles incluídos o maior número de unidades político-administrativas da Região Nordeste e, conseqüentemente, dos centros mais representativos do seu segundo escalão urbano. Na verdade, a presença de Natal, João Pessoa e Macaíó, centros que exercem alto grau de centralidade nos seus espaços estaduais, colabora para um maior dinamismo dos fluxos urbanos nestes espaços, ao mesmo tempo em que arrefece, de certa forma, a força

metropolitana de Recife, conferindo uma distribuição espacial mais densa e mais equilibrada dos centros urbanos em alguns segmentos desta rede.

No entanto, pode-se observar a existência de dois padrões de distribuição espacial de centros urbanos bastante contrastantes na rede urbana de Recife. O primeiro, característico da Zona da Mata e Agreste, associa a alta densidade dos centros urbanos a uma maior diversificação das atividades econômicas urbanas, refletindo o maior vigor e dinamismo deste segmento do espaço urbano ligado a Recife. Na verdade, embora se enquadrem estas regiões entre aquelas de atividades agrícolas mais tradicionais do Nordeste, a presença da metrópole, de três capitais estaduais e de centros de importância regional como Campina Grande e Caruaru confere também a estes espaços a função de abrigar atividades econômicas urbanas modernas, especialmente aquelas relativas ao setor industrial. Por outro lado, a influência da agroindústria açucareira na Zona da Mata e a existência de uma base econômica mais variada (gado-policultura) no Agreste propiciam a maior ocorrência de centros de pequeno porte e a relativa diversificação das atividades econômicas urbanas nestas regiões.

O segundo padrão espacial de centros urbanos da rede de Recife ocorre nos espaços sertanejos e apresenta, ao lado da distribuição espacial esparsa e rarefeita dos centros urbanos, um padrão bastante simplificado dos tipos de centros com predominância daqueles terciários. O caráter agrícola tradicional dos espaços incluídos neste segmento da rede urbana de Recife, onde domina o sistema de exploração gado-algodão, responde pela fraqueza das atividades econômicas urbanas e pelo baixo índice de urbanização. Na verdade, com exceção de Mossoró (RN), Patos (PB) e Arcoverde (PE), capitais regionais de maior expressão, a maioria dos centros urbanos sertanejos caracterizam-se por apresentar uma fraca base produtiva com atividades ligadas precipuamente ao comércio e ao beneficiamento de produtos agrícolas, atividades através das quais estes centros exercem uma limitada centralidade.

A Rede de Salvador

A estrutura produtiva dos espaços inseridos na região de influência de Salvador — Estados da Bahia e Sergipe — esteve, até as primeiras décadas do século atual, vinculada a um sistema agroexportador apoiado na produção e exportação do açúcar, cacau e fumo. Foi, portanto, com base em atividades ligadas a esse tipo de exploração agrícola tradicional que surgiu e se desenvolveu a maioria dos centros urbanos da faixa litorânea baiana e sergipana, enquanto aqueles localizados nas áreas interioranas sertanejas tiveram, como principal suporte, atividades vinculadas à pecuária, à agricultura de subsistência e de produtos comerciais de menor importância.

Desta forma, a função de segundo porto exportador da Região Nordeste fez de Salvador o elo destes subsistemas agrícolas com o exterior, ao mesmo tempo em que o transformou num centro administrativo comercial e financeiro que polarizava toda a atividade econômica de vastos espaços.

No entanto, a crise que se abateu sobre o sistema agroexportador nordestino atingiu, também, os espaços de hinterlândia de Salvador, ficando estes, ao mesmo tempo, à margem do surto industrial que, no início do século, desencadeou-se no Centro-sul do país.

Somente a partir da década de 50 é que o quadro econômico deste segmento do espaço regional passou a sofrer importantes modificações, sobretudo no que se refere à atividade industrial.

De fato, foi nesta fase que se deram os primeiros impulsos no sentido de transformar o setor industrial no instrumento central do processo de desenvolvimento regional. Assim, a implantação da PETROBRÁS repercutiu fortemente sobre os diversos segmentos da estrutura econômica destes espaços, notadamente na configuração do parque fabril da Região Metropolitana de Salvador. Neste, a tendência à especialização na produção de bens de consumo não-duráveis (tradicionais) foi invertida, levando o setor industrial a especializar-se na produção de bens intermediários (dinâmicos) ligados especialmente aos gêneros química e petroquímica.

Na verdade, o surgimento da atividade petrolífera desencadeou a aceleração do ritmo de crescimento urbano-industrial, induzindo a redefinição e ampliação do espaço metropolitano. Essa expansão repercutiu sobre o espaço rural periférico, desestruturando-o e aumentando os fluxos migratórios para a Região Metropolitana de Salvador, provocando ao mesmo tempo o surgimento de aglomerados urbanos na periferia do município-sede ou dos demais municípios inseridos no espaço metropolitano.

A partir da década de 70, o dinamismo da Região Metropolitana de Salvador é ativado através dos incentivos fiscais (34/18-FINOR) dirigidos especialmente a obras de infraestrutura produtiva e à implantação de complexos industriais (Centro Industrial de Aratu e Complexo Petroquímico de Camaçari). Este processo levou o espaço metropolitano a abrigar, em seus limites, uma impressionante concentração de atividades produtivas modernas, suplantando, a partir de 1972, crescimento industrial de Recife.

De fato, a instalação de um parque industrial dinâmico e altamente competitivo na Região Metropolitana de Salvador teve efeitos positivos especialmente no que se refere à diversificação e dinamização da base produtiva do seu espaço mais imediato. No entanto, o crescimento econômico centrado no setor industrial e concentrado no espaço metropolitano veio criar consideráveis disparidades estruturais na economia do espaço regional de Salvador como um todo. Na verdade, não se estabeleceu um mínimo de equidade na distribuição desse crescimento econômico. O setor primário, apesar de constituir, ainda hoje, a base de sustentação da economia regional, foi relegado a segundo plano, continuando a operar com baixos índices de produtividade. Por outro lado, a tentativa de descentralização da atividade industrial não apresentou o devido vigor, sendo esta atividade incrementada, apenas, em alguns centros de hierarquia superior, centros submetropolitanos e capitais regionais, localizados em áreas próximas ou de fácil acesso à metrópole.

Na verdade, o crescimento desigual e concentrado das atividades econômicas urbanas veio afetar sensivelmente a estrutura da rede urbana de Salvador, colaborando

para a fraqueza da base produtiva da maioria dos seus centros urbanos e para a ausência de um sistema de fluxos urbanos mais hierarquizados, especialmente nos segmentos mais interiorizados dos seus espaços.

A rede urbana de Salvador exhibe uma distribuição espacial de centros urbanos não muito densa, destacando-se como principal concentração aquela que ocorre no entorno ou nas proximidades da região metropolitana. Na verdade, o poder de centralidade de Salvador se faz sentir com bastante intensidade sobre os seus espaços, em virtude, sobretudo, da fraca ocorrência ou quase ausência de centros urbanos com função submetropolitana, que poderiam vir a dividir com a metrópole a polarização dos fluxos regionais.

No entanto, a presença dos centros de maior posição hierárquica e/ou daqueles com atividades econômicas mais significativas, na faixa litorânea dos Estados da Bahia e Sergipe, ou nas suas proximidades, propicia a existência de um padrão mais compacto e relativamente diversificado dos centros urbanos nestas áreas. Em contraste, os segmentos mais interiorizados desta rede urbana apresentam um padrão disperso e pouco diferenciado onde predomina os centros com atividades ligadas ao setor agrícola, seguidos dos centros terciários.

Na verdade, dentro do primeiro padrão encontram-se dois subpadrões básicos. O primeiro refere-se ao conjunto formado por centros industriais e por centros terciários com atividade industrial, que ocorre em torno ou nas proximidades da Região Metropolitana de Salvador e que vem representar um extravasamento da atividade industrial da metrópole. Este subpadrão é composto por pequenos centros industriais do Recôncavo Baiano ou ligados diretamente a Salvador, onde a atividade industrial está vinculada a setores tradicionais, já apresentando, no entanto, em alguns centros, um desenvolvimento de setores industriais mais modernos. Estão ainda presentes neste subpadrão centros terciários com atividade industrial como Feira de Santana e Alagoinhas. Capitais regionais de expressão, localizadas em áreas próximas e de fácil acessibilidade à metrópole, apresentam estes centros, especialmente o primeiro, um

parque industrial relativamente expressivo e diversificado em termos regionais, além de polarizarem a produção de vastas regiões agrícolas.

Cabe ainda destacar, dentro deste subpadrão, a presença dos centros industriais de Estância e São Cristóvão, nas proximidades da aglomeração de Aracaju. São estes centros ligados a indústrias tradicionais — têxtil e alimentar — que foram, até certo ponto, beneficiadas por incentivos fiscais, constituindo, atualmente, uma extensão do parque industrial de Aracaju.

O segundo subpadrão é constituído por uma concentração, ao sul de Salvador, de pequenos centros urbanos com atividades ligadas ao setor primário, dispostos em torno das capitais regionais terciárias de Itabuna e Ilhéus — trata-se da região cacauífera do sul da Bahia. A posição que ocupa esta região, de principal produtora de cacau do país, responde pelas características agrícolas das atividades dos seus pequenos centros urbanos, enquanto a função portuária e de centros de negócios ligados ao mesmo produto confere a Itabuna e Ilhéus a alta centralidade que exercem nesta região.

O segundo padrão da rede urbana de Salvador apresenta três subpadrões. O primeiro é representado por capitais regionais ou centros sub-regionais dos tipos terciários ou terciários com atividades industriais em cujos espaços de influência ocorrem pequenos centros com atividades ligadas ao setor primário. Este subpadrão é característico das áreas sertanejas de criatório do sul e sudoeste baianos — regiões de Vitória da Conquista e Jequié — onde também assume expressão a agricultura comercial, especialmente a do cacau e do café.

O segundo subpadrão sertanejo localiza-se no centro-oeste baiano e corresponde ao segmento mais interiorizado da região de Feira de Santana — especialmente aquele ligado ao centro sub-regional de Irecê —, abrangendo, ainda, os espaços sob influência da capital regional de Jacobina. Neste subpadrão há uma total predominância de centros com atividades ligadas ao setor primário, o que denota o caráter eminentemente agropastoril destes espaços.

Vale ainda destacar, no oeste baiano, a presença de Barreiras, principal centro urbano desta região de fronteira agrícola, cujo crescimento populacional tem apresentado índices excepcionais nos últimos anos.

A implantação de uma agricultura mecanizada nesta área, promovida por produtores oriundos do Sul do país, atraídos pelo crédito rural subsidiado e pelo baixo preço da terra, foi a responsável pelo grande dinamismo que apresenta atualmente este centro urbano. Na verdade, além do crescimento populacional a cidade de Barreiras experimentou um considerável desenvolvimento das atividades econômicas urbanas, incrementadas pela instalação de firmas comerciais e empreendimentos ligados ao beneficiamento e comercialização da soja, principal produto explorado na região.

Finalmente, no subpadrão pouco expressivo do norte do Estado da Bahia, merece destaque a presença da capital regional de Juazeiro, que juntamente com Petrolina, também capital regional em território pernambucano, enquadra-se no tipo de centros terciários com atividade industrial.

Localizados numa das regiões mais carentes do sertão nordestino — o Sertão do São Francisco — com economia predominantemente rural, situam-se estes centros entre aqueles mais expressivos e mais característicos do espaço sertanejo, com polarização por extensas áreas dos Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí.

Apesar das condições climáticas desfavoráveis, o incentivo governamental ao desenvolvimento de programas e projetos de agricultura irrigada (CODEVASF — FINOR) nas áreas próximas ao leito do São Francisco, bem como a implantação, através da política rodoviária, de grandes eixos de circulação ligando esta região aos principais centros consumidores do Nordeste e Sudeste, veio colaborar para a relativa dinamização da vida econômica destes espaços e para o acelerado crescimento das atividades econômicas urbanas de Juazeiro e Petrolina.

Desta forma, ao lado da concentração demográfica, exibem estes centros um considerável desenvolvimento das atividades terciárias e industriais, ampliadas pela proximidade dos dois núcleos urbanos. No entanto, embora se verifique um acelerado cresci-

mento dos setores produtivos, a debilidade do mercado de trabalho e a carência de infra-estrutura social são, nestes centros, responsáveis pelos altos índices de subemprego, desemprego e pobreza que atingem grande parte da sua população.

Cabe, ainda, destacar neste subpadrão o centro industrial de Paulo Afonso, cujo dinamismo encontra-se ligado, sobretudo, à presença da Usina Hidrelétrica da CHESF.

A Rede de Fortaleza

A rede urbana de Fortaleza foi das redes urbanas do Nordeste a que por último se estruturou. O fato de não ter havido, durante todo o período colonial, uma atividade agroexportadora forte e comum aos seus espaços — Estados do Ceará, Maranhão e Piauí — que dinamizasse centros com atividades comerciais e portuárias — a exemplo do que ocorreu em Recife e Salvador — veio contribuir para que aqueles estados se mantivessem, durante muito tempo, fracamente povoados e desintegrados. Por outro lado, a dependência da atividade pastoril — base principal da ocupação de grande parte desses espaços —, em relação à economia canavieira dominante na Região Nordeste, colocava os referidos estados sob a dependência econômica e a polarização de Recife e Salvador.

A partir da segunda metade do Século XIX, com a implantação das ferrovias, condicionada pelo surto algodoeiro, é que Fortaleza passa a captar os fluxos da sua hinterlândia e a estruturar o seu sistema de cidades. Este, no entanto, se restringia, naquela época, a alguns segmentos urbanos dos Estados do Ceará e Piauí, já que a ausência de um sistema de circulação terrestre no Maranhão deixava os seus espaços completamente isolados da influência de Fortaleza e sob o comando do porto exportador de São Luís.

Na verdade, foi somente a partir de 1950, com a implantação no Nordeste de projetos econômicos visando à integração da região na economia nacional, que Fortaleza passou a consolidar a sua posição de terceira metrópole regional, captando para sua influência os Estados do Maranhão e Piauí.

De fato, a concentração econômica e demográfica de Fortaleza acentua-se com as

mudanças que ocorrem de forma acelerada na economia regional e que deflagraram o processo de expansão urbano-industrial na região. Desta forma, a Região Metropolitana de Fortaleza tornou-se receptora de grandes contingentes de população migrante da sua hinterlândia, ao mesmo tempo em que passou a concentrar empreendimentos industriais. Por outro lado, a nova estrutura de circulação rodoviária implantada no Nordeste com o objetivo de vincular os seus espaços regionais aos da Região Sudeste acabou por efetivar a integração definitiva dos Estados do Maranhão e Piauí à região de influência de Fortaleza.

Apesar da importância que assume a Região Metropolitana de Fortaleza no seu espaço de comando regional, não apresenta esta metrópole o mesmo dinamismo econômico observado nas duas outras metrópoles nordestinas — Recife e Salvador. O seu parque industrial, espacialmente concentrado no município central, apresenta-se, ainda, dominado por pequenas e médias empresas, voltadas, preferencialmente, para a produção de bens de consumo não-duráveis (tradicional). Por outro lado, encontra-se a estrutura produtiva metropolitana fortemente apoiada nas atividades terciárias, destacando-se Fortaleza, pela sua função portuária e de capital administrativa, mas, sobretudo, como pólo coletor da produção agropecuária regional e redistribuidor de produtos industrializados.

Na verdade, a polarização de Fortaleza sob um espaço de caráter eminentemente agrícola, onde se estabeleceu, ao longo do tempo, uma estrutura sócio-econômica estagnante, responde pela fragilidade das suas funções metropolitanas. Por outro lado, a concentração das atividades produtivas regionais na região metropolitana, ao impedir ou limitar o desenvolvimento dos demais centros urbanos, tornou-se responsável pelo desequilíbrio estrutural da rede urbana de Fortaleza, que se apresenta como uma das mais incompletas e desarticuladas da Região Nordeste.

A deficiente hierarquização e a forte vinculação das atividades econômicas urbanas com a vida rural são os traços característicos da rede urbana de Fortaleza.

Na verdade, a reduzida ocorrência de centros no escalão intermediário desta rede, aliada à concentração, nestes poucos centros, das atividades terciárias e secundárias, contrasta com a grande difusão dos pequenos centros de zona ou centros locais com atividades ligadas ao setor primário, denotando a deficiência do sistema de polarizações e a existência de uma rede incompletamente organizada.

Desta forma, a ausência de padrões espaciais de centros urbanos bem definidos sugere a análise dos tipos de centros urbanos, a partir dos centros de hierarquia superior. Na realidade, é esta rede urbana constituída por padrões pouco diferenciados, onde em torno dos centros de maior centralidade (terciários e/ou terciários com atividades industriais) se dispõem os pequenos centros de zona ou centros locais com atividades predominantemente ligadas ao setor primário, seguidos em menor escala dos centros terciários e diversificados.

Pode-se delimitar cinco grandes padrões de centros urbanos nesta rede, a partir dos seus centros de maior poder de polarização, ou seja, Fortaleza, Sobral, Crato-Juazeiro do Norte, Teresina, São Luís e Imperatriz.

O primeiro padrão constituído por centros ligados diretamente a Fortaleza é o de maior amplitude e o que se apresenta mais diferenciado. A ausência de centros de hierarquia superior, abaixo de Fortaleza, no segmento centro-oriental da rede urbana, favorece a polarização direta da metrópole em vastas extensões do Estado do Ceará, desde o litoral até o sertão, nos limites com a área de influência de Crato-Juazeiro do Norte.

Engloba este padrão dois subpadrões. O primeiro, mais diversificado, abrange centros do litoral e das proximidades de Fortaleza, além daqueles do baixo e médio Jaguaribe, onde a atividade industrial tradicional apresenta um relativo destaque, embora apareça, na maioria dos centros, associada a outras atividades. Entre estes centros sobressaem Cascavel, Pacajus e Aracati, beneficiados com a implantação de grandes empreendimentos incentivados e voltados para o cultivo e beneficiamento do caju. Cabe ainda mencionar neste subgrupo a pre-

sença de centros com função comercial de destaque como Baturité e Russas.

O segundo subpadrão de centros urbanos ligados diretamente a Fortaleza é formado por centros de áreas sertanejas pobres (Sertões de Quixeramobim e Senador Pompeu) sob o domínio da pecuária e do algodão. São estes centros, na sua maioria, vinculados a atividades agropecuárias, destacando-se, entre eles, a capital regional de Iguatu ou centros de zona com relativo destaque da função comercial, como Quixadá e Senador Pompeu.

O segundo padrão da rede urbana de Fortaleza refere-se àquele constituído por centros urbanos sob a influência de Sobral. É esta capital regional a terceira cidade mais importante do Estado do Ceará, destacando-se, desde os primórdios da sua evolução, pela força polarizadora sob vastos espaços cearenses. Sobressaindo atualmente como pólo de indústrias tradicionais, apresenta-se, também, Sobral, como centro comercial de expressão com forte atuação no espaço regional. Na verdade, esta capital regional comanda centros de vastas regiões agrícolas, através dos quais drena toda a produção agroextrativa-pecuária do vale do Acaraú, da Serra da Ibiapaba e do Sertão de Crateús.

Observa-se, no entanto, a partir da década de 60, um arrefecimento da atuação de Sobral, bastante afetada pela ligação da área de influência deste centro com Fortaleza, por rodovia pavimentada, bem como pela perda de dinamismo do seu principal produto de exportação — o algodão —, o qual desempenhava importante papel na vida econômica de Sobral.

O terceiro padrão da rede urbana de Fortaleza é composto pelas capitais regionais de Crato e Juazeiro do Norte e demais centros urbanos sertanejos — localizados ao sul do Estado do Ceará e noroeste do Estado de Pernambuco — integrados nas suas áreas de influência.

Situados numa das regiões agrícolas mais prósperas do sertão nordestino — o Cariri Cearense —, os dois centros se desenvolveram apoiados nas atividades agrárias da região, sendo que Juazeiro teve, posteriormente, o seu dinamismo ampliado pela função religiosa de centro de romarias.

Atualmente, Crato-Juazeiro do Norte, juntamente com Barbalha, constitui uma aglomeração urbana de dimensão considerável, abrigando atividades terciárias e industriais e concentrando grande contingente de população engajada nas atividades rurais.

As ligações com as atividades agrícolas favoreceram o desenvolvimento, nos centros que compõem a aglomeração, de atividades industriais ligadas ao aproveitamento de matérias-primas regionais, notadamente, o algodão e a cana-de-açúcar.

A partir de 1960, beneficiado pelos incentivos fiscais, este parque industrial passou a sofrer modificações na sua estrutura tradicional. A implantação de uma grande usina de açúcar em Barbalha veio, por exemplo, substituir, em grande parte, os antigos engenhos, ao mesmo tempo em que priorizou o cultivo da cana-de-açúcar na região do Cariri. Por outro lado, a introdução de setores novos e mais dinâmicos concorre, atualmente, para ampliar, de forma significativa, a atividade industrial da aglomeração.

Cabe ainda ressaltar a presença, em Juazeiro, de uma importante atividade artesanal apoiada em motivos religiosos e que encontra nos romeiros e turistas, que afluem a esta cidade, mercado para os seus produtos. No entanto, são ainda as atividades terciárias aquelas que fornecem o principal apoio à estrutura econômica da aglomeração. Sua função de coletora de produtos agrícolas regionais e de distribuidora de bens e serviços propicia a existência de uma gama de atividades e ocupações, atraindo populações e colocando, sob sua influência, a dinâmica econômica de vastos espaços.

A estrutura produtiva eminentemente agrícola dos Estados do Maranhão e Piauí, e a conseqüente organização frágil e desequilibrada do seu segmento urbano, resultou num padrão de distribuição espacial de centros urbanos bastante simplificado.

Na verdade, além da quase completa ausência de centros com atividades industriais, caracteriza-se este padrão pela acentuada predominância de pequenos centros urbanos (com população inferior a 30 000 habitantes) com atividades ligadas ao setor primário, bem como pela fraca ocorrência de centros de estrutura terciária e/ou da-

queles situados no escalão intermediário do sistema de cidades.

De fato, excetuando-se Imperatriz e Florianópolis, únicos centros que apresentam uma relativa centralidade, depois de São Luís e Teresina, os demais centros terciários exibem um raio de influência restrito, apresentando-se como centros sub-regionais e centros de zona.

Desta forma, a preponderância de uma atividade agrícola de caráter primitivo nestes espaços, aliada à baixa capacidade aquisitiva da população rural, não permitiu a consolidação de uma demanda expressiva das atividades comerciais e de serviços, ao mesmo tempo em que a deficiente ocorrência de centros urbanos com equipamentos e funções significativas colocou sob a influência direta de São Luís e Teresina grande número dos pequenos centros regionais.

Na verdade, os centros submetropolitanos constituem os principais focos de polarização do segmento urbano em estudo, integrado na rede urbana de Fortaleza. O papel que desempenharam no passado como condutores do processo de ocupação e estruturação econômica dos Estados do Maranhão e Piauí — bem como as funções que atualmente desempenham como capitais administrativas concentradoras das mais significativas atividades econômicas urbanas regionais — responde pela força de comando destes centros urbanos.

Cabe ainda salientar, dentro deste padrão, a importância que assume a capital regional de Imperatriz no sistema das polarizações regionais.

Situada na fronteira agrícola do sudoeste maranhense, teve origem o centro urbano em um acampamento instalado, em 1950, a serviço da abertura da rodovia Belém — Brasília. Após a abertura da estrada, transformou-se, rapidamente, o núcleo urbano num importante centro de comando da vida regional. A partir de 1970, com a pavimentação da estrada, foi aumentado o dinamismo do centro pioneiro, que, atualmente, se caracteriza por um excepcional crescimento demográfico e por um considerável desenvolvimento das atividades econômicas urbanas.

Sua posição geográfica no tronco rodoviário central do país e na faixa de contato entre o Brasil Central e a Floresta Equatorial o transformou num ponto de apoio para a ocupação econômica de uma vasta porção da Pré-Amazônia Maranhense. Desta forma, é, atualmente, Imperatriz um importante centro de comercialização e beneficiamento de produtos agrícolas regionais (arroz, madeira e gado) e distribuidor de produtos industrializados para centros e aglomerados urbanos de uma vasta região que se estruturou sob o seu comando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração geral do atual sistema urbano nordestino é marcada, como se viu pela concentração espacial dos centros urbanos de maior porte e/ou daqueles com atividades urbanas mais modernas e diversificadas na faixa litorânea e nas suas proximidades. Por outro lado, o segmento urbano mais interiorizado — o das áreas sertanejas — ostenta uma fraca e rarefeita urbanização caracterizada pela predominância de pequenos centros com atividades ligadas ao setor primário, seguidos daqueles eminentemente terciários.

Este padrão contrastante de distribuição espacial dos centros urbanos nordestinos encontra-se vinculado à evolução econômica da região, anteriormente descrita, em que o adensamento das atividades econômicas urbanas desde o período agroexportador favoreceu o desenvolvimento da vida urbana no litoral, enquanto as atividades extensivas que se difundiram no sertão não foram capazes de gerar excedentes ou trocas significativas para criar ou dinamizar centros urbanos de maior importância.

O estudo mais detalhado e a comparação entre os padrões de distribuição espacial das três redes permitem, no entanto, constatar diferenciações determinadas pelo condicionamento do processo histórico às especificidades locais dos diversos segmentos espaciais regionais.

No caso da rede urbana de Recife, o caráter tradicional da sua organização

manifesta-se não somente através das altas densidades da urbanização nas áreas de ocupação mais antigas — Zona da Mata e Agreste — mas, sobretudo, através do padrão de estrutura produtiva que vigora nos centros urbanos aí localizados.

De fato, o processo de divisão do trabalho associado à maior complexidade do processo de exploração econômica que aí foi implantado desde o período colonial deu margem ao surgimento de centros urbanos mais diversificados em que as atividades manufatureiras vieram-se somar mais precocemente às atividades comerciais.

Desta forma, centros como Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, antigos pólos da economia canaveira, comandam até hoje o processo de urbanização deste segmento espacial e, embora concentrem atualmente as atividades produtivas modernas, mantêm, ainda, através das suas hinterlândias, fortes vínculos com atividades tradicionais, notadamente com a agroindústria açucareira.

Na verdade, o recente processo de industrialização que se deu de forma concentrada na Região Metropolitana de Recife não apresentou o suficiente vigor para se difundir, levando um maior dinamismo à base produtiva dos demais centros urbanos desta rede.

Desta forma, a quase ausência de centros com base econômica industrial e a predominância daqueles onde vigora uma estrutura produtiva diversificada evidenciam a persistência, na base urbana, das atividades terciárias e agroindustriais tradicionais.

Com relação à rede urbana de Salvador, embora tenha esta, como a de Recife, os seus fundamentos apoiados em antigas atividades agroexportadoras, o maior vigor com que se processou a recente atividade industrial nos seus espaços responde pelo caráter mais dinâmico da atual organização e estrutura urbana do seu segmento mais oriental.

Embora fosse, por longo tempo, a concentração industrial de Recife aquela de maior destaque na Região Nordeste, nas últimas décadas, o parque industrial de Salvador ascendeu a uma posição de maior dinamismo em função, sobretudo, do acelerado ritmo de expansão do seu setor petroquímico.

Este impulso industrial de Salvador, embora tenha concentrado os seus benefícios preferencialmente na região metropolitana, propiciou uma relativa difusão da atividade manufatureira em centros urbanos de áreas próximas e/ou de maior acessibilidade à metrópole baiana. Na verdade, a expansão da atividade industrial de Salvador manifesta-se espacialmente através da concentração de pequenos centros industriais no entorno metropolitano e no Recôncavo Baiano, onde o extravasamento da influência da metrópole dinamizou setores industriais tradicionais e/ou induziu o desenvolvimento de setores mais modernos. Por outro lado, a tentativa de desconcentração industrial metropolitana favoreceu a criação de parques industriais em cidades de porte médio, como Feira de Santana, propiciando a difusão de atividades modernas em áreas de fácil acessibilidade a Salvador.

Já a rede comandada por Fortaleza exhibe uma organização espacial bastante diversa daquela apresentada pelas duas outras redes.

Não se verificam aqui adensamentos de centros urbanos comparáveis aos que ocorrem nos espaços do litoral oriental nordestino, sob o domínio de Recife e Salvador.

Na verdade, o caráter extensivo das atividades que apoiaram o processo de ocupação e estruturação da região — mesmo daquelas voltadas à comercialização como a pecuária e a cultura do algodão — induziu a um padrão disperso de distribuição de centros urbanos em todo o espaço correspondente à região de influência de Fortaleza.

Por outro lado, este tipo de organização econômica frágil levou a um predomínio acentuado de pequenos centros com atividades ligadas ao setor primário, uma vez que o processo de divisão do trabalho não avançou o suficiente a ponto de favorecer o desenvolvimento mais acentuado das atividades econômicas urbanas dinâmicas. A fragilidade industrial está, por sua vez, associada à decadência do parque manufatureiro tradicional e ao lento ritmo de crescimento das indústrias modernas, especialmente quando comparado com aquele que tem se verificado nas outras duas metrópoles regionais, notadamente em Salvador.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1973, 251 p.
- _____. Cidade e campo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974, 223 p.
- _____. O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste, 2ª ed. Recife, SUDENE — Coord. Planej. Regional, 1979, 142 p. (Série Estudos Regionais, 1).
- _____. Tradição e mudança: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco. Rio de Janeiro, Zahar, Coleção Agricultura e Sociedade, 1982, 114 p.
- _____. Poder político e produção do espaço. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1984, 122 p. (Estudos e Pesquisas n.º 30).
- AVENA FILHO, Armando. Nordeste e Bahia: Os caminhos do desenvolvimento, Salvador, Universidade Católica de Salvador — UCSAL, 1986, 196 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. In: REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1982, São Paulo, p. 105-111.
- CASEMIRO, Liana Maria Carleial de; GONDIM, Linda Maria de Pontes. Mercado de Trabalho, condições de vida e relações de poder na Região Metropolitana de Fortaleza. In: ESPAÇO E DEBATE, REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, Ano VII, v.1, n.20, São Paulo, 1987, p. 27-51.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. In: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, IBGE, Ano 50, n.2, abr./jun. 1988, p. 107-124.
- DAVIDOVICH, Fany; FREDRICH, Olga Buarque de Lima. Urbanização no Brasil. In: BRASIL. UMA VISÃO GEOGRÁFICA NOS ANOS 80. Rio de Janeiro, IBGE, 1988. p. 15-85.
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, IBGE, v.1, 1960.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Evolução da rede urbana brasileira. Coleção O Brasil Urbano. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1963, 462 p.
- GEOGRAFIA do Brasil. As grandes regiões meio-Norte e Nordeste. Rio de Janeiro, IBGE (Conselho Nacional de Geografia), v.3, série A, 1962, 562 p.
- _____. Região Nordeste. Rio de Janeiro, IBGE, v.2, 1977, 454 p.
- LYRA, Flávio Tavares. Uma nova política industrial para o Nordeste. In: ESPAÇO E DEBATE, REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, Ano VII, v.1, n.20, São Paulo, 1987, p. 53-63.
- MELO, Mario Lacerda de. Metropolização e subdesenvolvimento. O caso de Recife, Recife, UFPE — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, 1978, 256 p.
- _____. O Meio-Norte. Recife, SUDENE-CPR-Div. Pol. Espacial, 1983, 478 p. (Brasil — SUDENE — Estudos Regionais, 9) Convênio: SUDENE/Univ. Federal de Pernambuco.
- NEVES, Laert Pedreira. O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1985, 100 p. (Estudos baianos, 15).
- OLIVEIRA, Christian Dennis Monteiro de. Terciarização e espaço metropolitano. In: BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, 65, 2º sem. 1987. Associação dos Geógrafos Brasileiros. AGB, São Paulo, 1987, p. 49-77.
- OLIVEIRA, Evangelina Xavier Gouveia de. Indústria. In: BRASIL. UMA VISÃO GEOGRÁFICA NOS ANOS 80. Rio de Janeiro, IBGE, 1988, p. 127-180.
- OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. In: ESTUDOS CEBRAP n. 24. Petrópolis (RJ), Vozes, p. 139-168.
- _____.; REICHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In: ESTUDOS CEBRAP 4, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, 1973, p. 133-168.
- REGIÕES de influência das Cidades. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
- SANTOS, Milton. Passado e presente das relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no Estado da Bahia. Boletim Paulista de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 65, São Paulo, 2º sem. 1987, p. 05-27.
- SILVA; Marlene Maria de. (Coord.). O norte cearense. Recife, SUDENE, Estudos Regionais, 12, 1965, 303 p.

- SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo e. O subsistema urbano regional de Feira de Santana, por Sylvio C. Bandeira de Melo e Silva, Barbara-Christine M. Nentwig Silva e Sonia de Oliveira Leão. Recife, SUDENE — CPR 1985 (Brasil — SUDENE. Estudos Regionais, 13), 375 p.
- SINGER, Paul. Recife. In: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EVOLUÇÃO URBANA. São Paulo, C. E. Nacional, 1ª reimpressão, 1974, 377 p. (p. 271-357).
- _____. A economia dos serviços: In: ESTUDOS CEBRAP, n. 24, Petrópolis (RJ), Vozes, p. 129-135.

RESUMO

A análise das redes urbanas nordestinas é parte de um trabalho mais amplo, desenvolvido no Departamento de Geografia — DEGEO, referente ao sistema urbano do Nordeste que constará do volume Região Nordeste da obra Geografia do Brasil. Esta análise põe em destaque a fragmentação e desarticulação do espaço urbano-regional e tem como objetivo detectar, com base nos tipos de centros urbanos e nos diferentes padrões de distribuição espacial dos mesmos, as características e a estruturação das três redes regionais de cidades.

ABSTRACT

The analysis of the urban network of Northeastern Brazil is part of a study developed in the Geography Department — DEGEO, concerning the urban system of the Region, which will be published in Geografia do Brasil — Região Nordeste. The analysis emphasizes the fragmented and inarticulated character of Northeastern urban space and has the purpose of revealing, through the typology of the centers and through its spatial distribution, the characteristics and structure of the three urban networks which can be identified in the Region.